

MESTRES DE CAIXA E VIOLA*

JADIR DE MORAIS PESSOA**

A religião, sem interioridade, sem uma sensação “banhada em sentimento” de que a crença importa, e importa tremendamente, de que a fé sustenta, cura, consola, corrige as injustiças, melhora a sorte, garante recompensas, explica, impõe obrigações, abençoa, esclarece, reconcilia, regenera, redime ou salva, mal chega a ser digna desse nome.

(Geertz, 2001, p. 159)

RESUMO: O texto tem como premissa a consideração de que o maior volume de escritos sobre educação popular deriva de um esforço de inúmeros pesquisadores em análises e reflexões sobre as práticas de sujeitos individuais e coletivos, visando, sobretudo, a conscientização de grupos subalternos quanto às causas das respectivas situações de pobreza e desassistência. Tais escritos, em geral, têm em vista, também, a superação dessa mesma condição, por meio da escolarização de jovens e adultos, de ações no âmbito da cultura popular, da formação política e da mobilização de comunidades. Via de regra, não se tem levado em conta que, de muitas maneiras, sujeitos e grupos constroem formas próprias de coesão social que são essencialmente produção de sentidos e de saberes. Isso se dá de modo expressivo nas danças, nos folguedos e nas manifestações coletivas da religiosidade popular. Um exemplo, proposto neste texto, é o caso das folias de reis, em que os agentes do ritual fazem esta comunicação de sentidos e saberes, inclusive, de casa em casa, ao visitarem anualmente os moradores devotos.

Palavras-chave: Educação popular. Folia de Reis. Saberes populares.

* Apresentado no Grupo de Trabalho 06 – Educação Popular – durante a 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em Poços de Caldas (MG), de 5 a 8 de outubro de 2003.

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). *E-mail:* jadirpessoa@hotmail.com

MASTERS OF CAIXA AND VIOLA

ABSTRACT: This text assumes that the greatest volume of writings on popular education derives from the effort of several researchers to analyze and reflect about the practices of individual and collective subjects, aiming mainly to make subordinate groups aware of the causes of their respective poverty and lack of assistance. Such writings usually also seek to overcome this condition by sending adults and youths to school and promoting actions within the popular culture, political training and community mobilizations. That, in many ways, subjects and groups construct their own forms of social cohesion, which are essentially production of meaning and knowledge, has usually not been taken into account. This happens expressively in the dances, entertainments and collective manifestations of popular religiosity. An example proposed in this text is that of the *Folia de Reis* (Folly of the kings), when the agents of the ritual communicate these meanings and knowledge, even from home to home, when they visit annually the devoted inhabitants.

Key words: Popular education. *Folia de Reis*. Popular knowledge.

Introdução

Desde 2003 estou desenvolvendo uma pesquisa de interesse pessoal, com vistas a uma publicação para registrar a chegada da Folia de Reis das Lages, município de Itapuranga (GO), aos 60 anos de giro ininterrupto. Pretendo reconstituir minimamente essa história, fazendo também um recuo histórico-iconográfico que me possibilite entender e expressar a dispersão da devoção aos Reis Magos pela Península Ibérica, a bem da verdade, por toda a Europa, ao longo da Idade Média. Isso se deve à chegada dos restos mortais destes três entes míticos, lendários, imaginários, mas, enfim, tão reais na cultura popular brasileira, à catedral de Colônia (Alemanha), em 1164. Para lá foram trasladados de Milão (Itália) como despojos de guerra, numa conquista de Frederico Barbarrocha. E para Milão teriam sido levados no século IV ou V como presente especial da Imperatriz Helena, de Constantinopla. E por que foram parar em Constantinopla? Aí, tomem imaginação!

O certo é que, enquanto fizeram todo esse percurso, foram surgindo em diversos países pinturas em catacumbas, quadros, retábulos, esculturas, altos-relevos em sarcófagos e tudo o mais, apresentando a vi-

sita dos Reis Magos ao Menino Jesus. E, a partir de Colônia, espalham-se por toda a Europa como parte das grandes peregrinações, a exemplo do que já acontecia em Santiago de Compostela, Terra Santa e Roma. Como herança direta dessas peregrinações, surgiram então os cânticos populares, muito importantes em toda a Europa medieval, chamados *Noëls* na França, *Villancicos* na Espanha e *Folia* em Portugal. Provavelmente, esses cantos, acrescidos do teatro de Gil Vicente, depois de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, constituem as matrizes mais diretas das diversas devoções existentes no Brasil, como reisados, boi-de-janeiro, boi-de-reis, pastorinhas e, especialmente, no chamado “corredor das bandeiras” (SP, MG, GO, MS), as folias de reis. Pela dinâmica natural ou pelo menos inevitável de uma espécie de dispersão cultural, elas podem ser encontradas também hoje, ainda que com distribuição menos regular, nos estados da Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Maranhão e Paraná, e sabe-se de registros de folia de reis até mesmo no Rio Grande do Sul.

Estas são, pois, as referências da presente reflexão, encorajada pelo compromisso assumido pelo GT 06 – Educação Popular, da 25ª edição da Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), em 2002, no sentido de ir além das importantes conquistas dos 40 anos de educação popular no Brasil. Muito já se produziu sobre o muito que já se fez em termos de levar aos grupos sociais instrumentos e condições de aprendizagem sobre a realidade social, para melhor agir nela. Mas pouco se escreveu, até agora, sobre os ensinamentos produzidos e transmitidos no interior dos próprios grupos, práticas sociais e manifestações populares, sem contar necessariamente com a presença dos tradicionais mediadores. Menos ainda no sentido do *de lá para cá*, ou seja, sobre os ensinamentos que os grupos de subalternos muitas vezes tentam endereçar aos mediadores, especialmente sobre como encaminhar corretamente suas ações e práticas. Tal é, pois, o exercício aqui experimentado, tomando como base a prática de uma sexagenária folia de reis, da qual sou, aliás, pesquisador e membro.

Prática cultural e educação

Para a presente reflexão, faz-se necessário um pequeno marco sobre a educação, já prevenindo que o percurso aqui exercitado passa muito longe dos muros da escola. Maria da Glória Gohn retrata bem esse campo de práticas educativas, dizendo que ele teve bem pouca importância até os

anos de 1980, não apenas no âmbito das políticas públicas, como também entre os educadores. Diz a autora (1999, p. 91-92): “Genericamente, a educação não-formal era vista como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar etc.”

Mas, nos anos de 1990, não apenas pelas mudanças econômicas e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, mas, também, pelo encaminhamento de reformas educacionais por parte de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tomou importância a questão da *aprendizagem de habilidades extra-escolares*. Um destaque, praticamente desencadeador desse processo, é a Conferência da ONU sobre educação, realizada em 1990 em Jomtien, na Tailândia, que terminou com a elaboração de dois documentos: *Declaração mundial sobre a educação para todos* e *Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem*. Sobre esses documentos, Gohn (1999, p. 93) cita um texto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), onde se lê:

(...) os textos de Jomtien se afastam das interpretações habituais do “saber”, que separam o conhecimento da ação e esta do valor. A Conferência adotou uma concepção de saber que se refere à aptidão das pessoas para atuar efetivamente, ou seja, sua capacidade para realizar ações competentes. Nesta concepção, o conhecimento adquirido é observado através da maior ou menor habilidade com que a pessoa age na vida familiar, comunitária, social, econômica, política e cultural.

Até aí, tudo bem. Esse deslocamento parece ter sido importante para a história da educação, especialmente por operar uma ruptura com a centralidade da escola. O problema é a apropriação que foi feita por agências financiadoras, tanto externas (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) quanto internas (Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT), deslocando a responsabilidade quanto à existência do emprego, do âmbito das políticas governamentais, para as habilidades do indivíduo. A herança de tudo isso é a exigência de um trabalhador versátil, com cada vez mais habilidades e cada vez menos garantias. O que se põe para a educação, nesse contexto, não é mais a constituição de conheci-

mentos fundamentais para o desenvolvimento de verdadeiras competências críticas, mas o permanente atendimento de demandas por reciclagem, aperfeiçoamento, atualização, especialização etc.

Mas, além dessa fragilização das idéias de conhecimento e de saber, o oficialmente suposto avanço dessas reformas não atinge o que necessitamos na presente reflexão, por uma outra razão. Essas demandas por atualização, reciclagem etc., são atendidas no contexto de ações conhecidas como *educação não-formal*, por se darem fora da escola. É preciso pensar as práticas educativas que se dão também num contexto em que não haja, necessariamente, intencionalidade de formação de habilidades, quaisquer que sejam. Daí a necessidade de trabalhar com a diferença entre *educação não-formal* e *educação informal*, encontrada no próprio texto de Gohn (1999, p. 100):

O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar.

Sáímos, portanto, não apenas dos muros da escola, como também da simplificadora polaridade *escolar* e *não-escolar*. O campo possível para esta reflexão é o campo da imprescindível interação entre educação e cultura, sem a qual se tornarão inúteis todos os projetos de transformação da sociedade, como expressa o sociólogo Danilo Santos de Miranda:

Não separo a questão cultural da educacional. Só que os organismos que administram a sociedade cuidam mais da educação formal, da escola, do professor, do aluno. Cultura é arte, patrimônio, memória. No processo de educação formal, sem cultura não tem educação. A essência é a seguinte: do ponto de vista da administração, pensar em superar problemas de distribuição de renda, de inclusão social e outros gravíssimos que nossa estrutura e elite forjaram nesses 500 anos, significa, fundamentalmente, um processo de transformação por meio da educação/cultura. (Miranda, 2003, p. 20)

Para finalizar a importante colaboração de Gohn nesta reflexão, também a idéia de cultura deve ser precisa. Diz a autora (1999, p. 98):

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modifican-

do, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente.

Outro conceito importante para se pensar as manifestações populares como práticas educativas vem das reflexões de Candido Grzybowski, Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno e Maria Julieta Calazans, a propósito da discussão sobre a educação do campo. É a idéia de *saber social*, embora no trabalho desses autores o saber social seja muito mais localizado num contexto de consciência de classe e de lutas políticas organizadas dos trabalhadores: “um conceito operacional que tem um conteúdo que permite apreender e explicar o saber que é engendrado na prática produtiva e política do campesinato” (Damasceno, 1993, p. 55). Ressalvando-se esse teor político-organizativo do conceito – não é necessariamente isso que mobiliza os foliões de reis –, o saber social é pensado pelos autores como um saber gestado no cotidiano de vida e de trabalho dos camponeses. Como tal, Damasceno faz em seguida uma aproximação do saber social com a idéia de *saber cotidiano*, de Agnes Heller, “entendido como o saber básico que os integrantes de um determinado grupo social necessitam para participar do seu ambiente, qualificando-se por ser prático (em termos técnico, político, religioso etc.), mediante o qual o sujeito interfere na vida cotidiana” (ibid., p. 55).

Ou seja, o que nos interessa aqui é substantivar os conhecimentos produzidos, trocados e transmitidos no próprio cotidiano de vida e de trabalho, especialmente tratando-se de um grupo de trabalhadores que, autonomamente, organiza, codifica e reproduz um ritual, ao mesmo tempo em que o partilha com diversos outros trabalhadores, no próprio acontecimento da sua auto-reprodução enquanto tradição religiosa e popular, especialmente nos momentos do *giro* de casa em casa e na festa final no dia do padroeiro. Numa gradação significativa, começando pelo fiel que recebe a folia em sua casa, passando por quem se inicia no ritual e chegando até os postos de direção e conservação dos códigos e saberes essenciais do ritual, há todo um conjunto de saberes sem os quais essa reprodução se torna inviável.

Concluindo com Brandão (1989, p. 18), o que acontece na folia de reis não tem nenhuma relação com saber escolar, nem com saber não-escolar, mas sim com *processos sociais de aprendizagem*, assim explicados pelo autor:

As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende. Mesmo quando os adultos encorajam e guiam os momentos e situações de aprender de crianças e adolescentes, são raros os tempos especialmente reservados apenas para o ato de ensinar.

Acontece, pois, nesse processo de observação do que alguém faz e no esforço por fazer o mesmo, a transferência dos saberes constitutivos do ritual, seja para os novos membros, seja para os moradores que o recebem, especialmente aqueles que chegam. Em muitos casos, um camponês que migra de uma região para outra e, no lugar de destino, entra em contato com a folia de reis, mesmo se já estava integrado à devoção, ele entra em um novo aprendizado, devido à diversificação de formas de manifestação dessa religiosidade.

Ensinando aos 60 anos

Enquanto objeto de pesquisa, a folia de reis já viveu dias melhores do que os deste início de século. Fazendo parte de um contexto mais amplo da cultura camponesa, ela já foi mais pesquisada e discutida por historiadores, sociólogos e antropólogos praticantes de um conjunto de ciências interessadas no mundo rural, francamente desmobilizado desde o início dos anos de 1990. O rural não tem mais o mesmo charme que a academia lhe devotava nas duas ou três décadas anteriores.

Paradoxalmente, os grupos de folia estão tendo não apenas maior renovação dos seus quadros, com o ingresso de jovens e adolescentes, como também maiores oportunidades de se reproduzir, tanto no campo como nas cidades e, inclusive, de se apresentarem em público, fora do giro, especialmente nos Encontros de Folias, como acontece em Ribeirão Preto (SP), em Brasília, em Aparecida do Norte (SP) e em Goiânia. E esses encontros começam a conquistar a atenção de outros observadores vindos do teatro, da dança, da fotografia. A essa novidade, em termos de pesquisa sobre folia de reis, entendo estar acrescentando também o presente exercício, procurando pensar a própria reprodução do ritual como constituição de um campo de práticas educativas.

Penso não ser o caso aqui de se recuperar as definições ricas de antropólogos e folcloristas ao fenômeno folclórico-religioso da folia de reis, como são os casos dos estudos de Carlos Brandão, Yara Moreyra e Câmara Cascudo (Pessoa, 1993, p. 108-109). As variações que há entre

elas se devem, logicamente, às variações da própria folia conforme as regiões – mineira, baiana, goiana, com pouso, sem pouso, com palhaço, sem palhaço etc. No essencial do ritual, elas são coincidentes, no sentido de se referirem à folia como um ritual itinerante do catolicismo popular, atualizando a memória da narrativa bíblica da visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, oferecendo cânticos e preces e pedindo ofertas para os festejos finais do giro de cada ano. Deixo de lado a localização rural da folia de reis, presente em algumas definições clássicas, pelo evidente fato de que o intenso êxodo rural ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil, provocou um significativo deslocamento dessa prática, que saiu de uma localização predominantemente rural para uma localização que hoje já se pode dizer majoritariamente urbana.

Uma outra advertência necessária, nessa hora em que a gente se rende à tentação de começar uma discussão pelas definições existentes sobre o objeto, é que, por mais ilustradas e elaboradas que elas sejam, ainda significam muito pouco perto da profundidade com que os sujeitos aí envolvidos o descrevem. As definições são freqüentemente feitas de abstrações, de adequação de palavras. Os sujeitos sociais que compõem e reproduzem as manifestações populares as expressam com a própria vida, como afirmou um antigo embaixador de folia, Sr. Galdino José da Silva: “Isso é uma missão que Deus deixou pra nós. É uma missão que Ele deixou pra nós cumpri. Primeiramente a presença dos Três Reis Magos do Oriente. A gente somos fracos mas com as nossas necessidades conseguimos levantar a folia dos Três Reis Magos” (Pessoa, 1993, p. 108).

Com a mesma intensidade de entrega pessoal e de inserção na essência do ritual, Anselmo de Oliveira e Silva, embaixador em uma outra folia goiana, assim respondeu a essa pergunta (Canesin & Silva, 1983, p. 18): “A folia surgiu desde o nascimento de Cristo. Os três reis foram visitar o Menino que nasceu. Então, dessa época, nós estamos fazendo a mesma visita que os três Reis fizeram. Que nós levamos os três Reis de casa em casa”.

Todos os sentidos culturais e religiosos que se queiram localizar e interpretar no ritual têm que ser tomados de forma sistêmica. Ou seja, só fazem sentido se tomados em relação a todo o conjunto que os compõe, desde os preparativos, o giro de casa em casa, os trabalhos de preparação da comida nos pontos de almoço e janta, os preparativos da festa e a realização da mesma.

Um exemplo de como a perspectiva do todo no ritual é imprescindível para a compreensão de qualquer aspecto que o integre são as tão faladas relações de gênero. Se uma pessoa chega a uma casa e vê uma folia de reis cantando e toma esta cena isoladamente, provavelmente vai dizer que se trata de um ritual machista, não se permite a participação das mulheres. Hoje já se torna muito mais comum a participação de mulheres na cantoria de folia. Mas, tradicionalmente, toda a instrumentação e vozes são desenvolvidas por homens. Isso não é suficiente para se dizer que não há lugar para a mulher. No seu todo, há muitas funções desenvolvidas por mulheres, como confecção dos enfeites, preparação da comida, direção das rezas de terço e outras orações etc.

É, pois, levando-se em conta todo esse contexto, que faz sentido pensar a folia de reis também como práticas educativas. Alguns meses antes da saída da folia, já começam a construção de ranchos e fornalhas, o festeiro inicia a engorda de porcos e a criação de frangos para os dias antecedentes e para a festa. Tudo isso já são ações constituintes do ritual. Depois, começa o giro que termina com a festa de recolhida da folia. Conforme se verá em seguida, cada momento desse percurso, com as pessoas nele compreendidas, transforma-se em uma *situação de aprendizagem*, reportando-me mais uma vez aos termos de Brandão.

Contrariando minha própria idéia anterior, da necessidade de se pensar o ritual de reis no seu conjunto, mas apenas numa perspectiva didática de sistematização da análise proposta, apresento em seguida três situações gerais, nas quais se pode perceber claramente a presença da dimensão educativa.

Para os sujeitos/encarregados do ritual

Como é que se aprende a ser folião de reis? Uma boa resposta pode ser obtida ouvindo os próprios foliões. O mesmo folião Anselmo de Oliveira e Silva, já citado (Canesin & Silva, 1983, p. 20-21), assim responde:

Uai, eu desde menino, estava com sete anos e eu já fui na garupa do meu pai, né. Com quinze anos eu já saí cantando moda, na catira, né. E aí já agarrei a ajudar meu cunhado, cantando a música, ajudando a cantar a música. Assim, fui aprendendo os versos com ele. Depois ele saiu, largou. Mudou lá pra baixo de Ceres. E continuei no lugar dele. Eu continuei a música, cantando. O meu sobrinho também começou como eu, por in-

fluência. Ele começou na catira, ele e o irmão dele cantavam moda de viola juntos. Depois foi que nós tiramos os versos pra ele. Aí ele começou a cantar na folia.

A expressão do informante, especialmente quando diz que tanto ele quanto seu sobrinho aprenderam por influência, requer um pequeno aporte histórico. Até o final dos anos de 1960, a folia de reis sobreviveu praticamente como uma manifestação cultural e religiosa da zona rural (Moreyra, 1983, p. 145). Esse foi também um período limite de um relativo isolamento vivido pelo campo. Sua ligação com o mundo exterior dava-se predominantemente com os poucos aparelhos de rádio existentes. Nesse contexto, o principal *combustível* do aprendizado da folia era o encantamento que ela exercia sobre as crianças e adolescentes. No distrito de Lages, a passagem da folia era um dos acontecimentos mais esperados do ano. Aquele conjunto de vozes, a execução dos instrumentos, a aura de mistério dos versos sentidos e das histórias da crença causavam uma verdadeira fascinação em muitas crianças que, às vezes, saíam em companhia da folia mesmo sem a permissão dos pais. E aí, obviamente, a *safrá* de novos foliões era só uma questão de tempo. Aprendia-se pela observação e pelo estímulo dos que já exerciam alguma função no ritual.

Na passagem para os anos de 1970, começou a haver uma redução da população rural e ao mesmo tempo surgiu a televisão. Logo depois, veio a melhoria das estradas e dos transportes de maneira geral, que, juntos, reduziram significativamente a distância entre o rural e o urbano (Pessoa, 1983, p. 140-141). Aquele antigo encantamento, a partir daí, teve que ser dividido com outros atrativos poderosos do mundo urbano. Veio então um período de quase três décadas desfavoráveis à reprodução das folias, cada *terno* ou grupo sendo afetado de maneira diferenciada: envelhecimento ou redução do quadro, redução do número de moradores a serem visitados e, em muitos casos, até a extinção de grupos.

Contraditoriamente, o mesmo processo de modernização da sociedade brasileira, que antes dificultava a reprodução das manifestações populares tradicionais, ao final dos anos de 1990 já lhes estava sendo benéfico. É corrente entre folcloristas a idéia de que a associação com o turismo, mesmo sendo um risco à conservação da originalidade, é inevitável para a sobrevivência das manifestações folclóricas. Nos casos de algumas tradições já extintas, a criação de grupos *parafolclóricos*, para apresentação em escolas e outros espaços, é a sua única possibilidade de

sobrevivência. Na folia de reis, as apresentações em escolas do ensino fundamental e médio e até em faculdades, encontros, podem recuperar, em uma outra perspectiva, aquele encantamento que ela exercia em crianças e adolescentes e, a partir daí, motivarem-nas a se integrar ao ritual, dando-lhe seqüência.

Após o I Encontro de Folias de Reis de Goiânia, em janeiro de 2002, a jornalista Rosane Rodrigues da Cunha (2002, p. 13) relatou:

O estudante Haraim Cordeiro de Toledo, 12 anos, nunca tinha acompanhado uma Folia de Reis. 'Só já tinha visto folias pela televisão', revela o garoto, que gostou dos palhaços, que puxam os foliões. 'Um dia, gostaria de me vestir assim', planeja o menino, fascinado com as máscaras e roupas coloridas de um dos personagens típicos da Folia de Reis.

A propósito do mesmo evento e no mesmo jornal, o principal folclorista goiano da atualidade, o escritor Bariani Ortêncio (2002, p. 6), assim expressou em uma crônica:

Com eventos como este as festas tradicionais religiosas ganham força e se preservam, o que é muitíssimo importante frente ao progresso desordenado em que vivemos, acabando com as nossas tradições e, conseqüentemente, com o Folclore. Mesmo nestes grupos aparece evidente a descaracterização: nenhuma viola, somente violões, as botinas pelos tênis e propaganda comercial nas camisetas, trocando a indumentária simples, 'o terninho de ver Deus', pelo uniforme, que descaracteriza, perde a originalidade. É de suma importância que os jovens participem para dar continuidade.

Levando-se em conta essa pequena diacronia – dos anos de 1960 aos anos de 1990 –, que, ao mesmo tempo, foi um período de profundas transformações das relações entre campo e cidade e, por via de conseqüências, das manifestações populares aí compreendidas, a folia de reis é um espaço cultural de múltiplas *situações de aprendizagem*.

O aprendizado mais importante e que é acessado por alguns poucos, dentre os iniciados na condução do ritual, refere-se ao seu corpo, digamos, teológico e doutrinário. Normalmente, é o *embaixador* ou *mestre* ou, ainda, o *capitão* de uma folia que é o portador do conteúdo axial do ritual. Ele o guarda, zela por sua observância e freqüentemente toma a iniciativa de repassá-lo a um filho ou parente próximo.

Eis como exemplo um depoimento interessante do embaixador Anselmo de Oliveira e Silvada, na pesquisa de Canesin e Silva (1983, p. 25):

O mestre e guia é um só. É a mesma coisa. É o modo de falar. Uns falam mestre porque é ele que está guiando. É mestre porque sabe mais. A gente sendo mestre é de muita responsabilidade pra mexer com devoto. Eu tenho que cumprir a obrigação como guia. Eu tenho que cumprir a obrigação como guia, da saída até a chegada da folia. Eu não posso ir embora.

E aquilo de que o embaixador mais deve saber reporta-se, fundamentalmente, às duas passagens bíblicas que a exegese localiza nos chamados *evangelhos da infância de Jesus*, registrados apenas por Mateus e Lucas. No Evangelho de Lucas, a narrativa do Nascimento está no capítulo 2, dos versículos de 1 a 20. No Evangelho de Mateus está também no capítulo 2, versículos de 1 a 12. Há, porém, uma diferença importante entre as duas narrativas.

Lucas se preocupa em descrever uma viagem de José e Maria a Belém e em justificar por que fizeram aquela viagem – houve um decreto do imperador romano, ordenando um recenseamento e todos deviam se alistar na sua própria cidade. Chegando a Belém, deu-se a hora do Nascimento, a cidade estava cheia e tiveram que se abrigar nos arredores. Não se fala de Reis Magos. Toda a cena é composta pelo anjo que avisa os pastores, José, Maria e o recém-nascido. Não acontece a visita de reis vindos de longe, mas, em contrapartida, quando os pastores chegaram à manjedoura, uma multidão, um exército de anjos desceu do céu, dando glória a Deus. Na Folia de Reis das Lages é comum os embaixadores cantarem versos referentes à viagem de José e Maria a Belém, como este que segue:

Na chegada em Belém
Em toda porta que batia
Procurando um agasalho
Mas ninguém não atendia

Mateus já vai direto ao assunto: “Tendo Jesus nascido em Belém...”. E é aí que se encontra a origem mais remota da folia de reis. Já no primeiro versículo da narrativa, o evangelista diz: “eis que vieram magos do Oriente”. Mas o texto bíblico não diz quantos eram, nem seus nomes. No desenvolvimento da devoção ao longo dos séculos, teólogos, pintores, hagiógrafos e os chamados padres da Igreja foram definindo o que não foi dito no texto sagrado. Houve muitas indagações sobre quantos eram. Poderiam ser os quatro sugeridos contemporaneamente pela literatura e pelo cinema. Várias versões orientais diziam, entretanto, que eram doze. Mas,

devido aos presentes assinalados no versículo 11 – *ouro, incenso e mirra* –, todas as tradições ocidentais se fixaram em três reis, com os nomes de Gaspar, Baltazar e Belchior. Téo Azevedo (Weitzel, 2001, p. 24), um dos mestres de folia de Minas Gerais, dá um exemplo de como os bons embaixadores cantam a leitura que fazem das narrativas evangélicas:

A estrela anunciou Aos Reis Magos do Oriente Que em Belém nasceu Jesus Para o bem de toda gente	Os três reis, quando chegaram, A Jesus deram tesouro: Rei Gaspar lhe deu a mirra Rei Brechó lhe deu o ouro
Os três reis, quando souberam, vieram a Jerusalém Visitaram o Menino Deus Na lapinha de Belém	Baltazar lhe deu o incenso Com amor e alegria Adorando a Jesus Cristo Junto a José e Maria

Esta é a base religiosa da folia, anunciada recorrentemente nos versos, a cargo dos embaixadores. Antigos mestres de folia que, por sua vez, teriam aprendido com seus pais ou parentes próximos, faziam questão de explicitar esse conteúdo bíblico relido em versos, por meio de seqüências que eram chamadas de *colunas*. Havia a *Coluna da Anunciação*, a *Coluna da Viagem dos Três Reis*, a *Coluna do Nascimento* e a *Coluna do Padecimento*, cada uma delas para um momento adequado. Em algumas situações, poderiam até cantar um pouco de cada uma, como, por exemplo, na chegada de um presépio. Em geral, essas colunas faziam parte de uma herança preciosa em velhos cadernos de versos, guardados cuidadosamente. O embaixador Anunciato Antônio de Oliveira (apud Pessoa, 1993, p. 122-123), dá um exemplo de como costumava cantar a *Coluna do Nascimento*:

Foi 25 de março Numa tarde sombria Veio o anjo do Senhor Veio anunciar a Maria	Quando soube a notícia Muito depressa aprontaram Antes do dia amanhecer Os Três Reis viajaram	Os Três Reis quando chegaram Onde estava o Onipotente Foi chegando e adorando Ofereceram seus presentes
Foi 25 de março Que a Virgem concebeu 25 de dezembro Que Jesus Cristo nasceu	Na viagem que eles foi No caminho embarcou Veio a estrela reluzente Para Belém guiou	Foi chegando e adorando Oferecia o seu tesouro Os presentes que ali levavam Incenso, mirra e ouro
Os Três Reis em seu Estado Estava bem fortalecido Quando soube a notícia Que Jesus tinha nascido	Seguiram sua viagem Os Três Reis em companhia Visitar o filho de Deus E a Virgem Santa Maria	Os pastores foram os primeiros Os Três Reis foram os segundos Que fizeram adoração Ao Salvador do mundo

Mas o palhaço (também conhecido como “boneco” ou “bastião”) também precisa ter esses componentes básicos *na ponta da língua*. É que, por tradição, o palhaço é o guardião do Menino Jesus. Ele é o único que pode passar à frente da Bandeira – o objeto simbólico mais importante desta religiosidade –, sempre que necessário, para exercer essa função de guardião. Por isso, ele se torna o ponto de contato entre os foliões e o morador. Para os que seguem com rigor a tradição, o dono da casa em geral se dirige primeiro ao palhaço. E pode acontecer que ele trave com o palhaço um diálogo, perguntando, por exemplo: “Boneco, de onde vocês estão vindo?”. Nessa hora, o palhaço tem que responder: *do Oriente*. Uma segunda pergunta é imediatamente posta: “E para onde vocês estão indo?”. E a resposta aceitável é: *Pra Belém*. Na seqüência, uma terceira pergunta é acrescentada: “E o que é que vocês vão fazer lá, Boneco?”. O palhaço deve concluir: *Vamos visitar o Menino Jesus*. Se não forem essas as respostas, será a completa desonra para toda a folia e, segundo os costumes mais antigos, é um caso em que o morador prendia a bandeira, exigindo do embaixador um *rosário* de versos, redimindo todo o grupo. Normalmente, quando uma pessoa vai “pegar a máscara” – assumir a função de palhaço – pela primeira vez, há toda uma sabatina de algum folião mais velho, para saber se ele tem essas respostas bem preparadas.

Há também um processo de aprendizagem que poderia ser classificado como instrumental, no sentido pragmático, feito para o desempenho de uma função. É o caso de um adolescente que começa a aprender a tocar violão na folia de reis ou para tocar na folia de reis. Depois, muitos que assim agem acabam ultrapassando essa perspectiva instrumental. Mesmo no interior do ritual, é comum essa expansão do aprendizado. Um folião pode aprender a cantar a quarta voz e permanecer anos a fio nesta mesma função. Outro pode começar por ela e em pouco tempo pode saber cantar todas as outras ou pelo menos as que mais se adaptam ao seu timbre de voz. O mesmo acontece com os instrumentos. Mesmo se um folião não tem ampla bagagem de atuação musical fora da música da folia – *o reis* –, durante o giro de casa em casa ele pode ser capaz de tocar todos ou a maioria dos instrumentos. Os muitos casos em que isso acontece são uma prova de uma espécie de auto-suficiência da folia: ela precisa de tocadores para os instrumentos e ela os motiva a aprender pelo menos aquele básico para a sua reprodução.

Todos os membros da folia devem também aprender e respeitar assiduamente as evitações codificadas para o giro: não se pode passar os

instrumentos por debaixo dos arames ao atravessar uma cerca, a folia não pode cruzar um caminho onde ela já passou etc. A norma é um dos universais da cultura. Nenhum grupo humano sobrevive sem alguma forma de coerção social. A folia de reis não conseguiria ser diferente. Mas essas normas têm um sentido especial. Elas atestam a leitura que a folia faz da narrativa evangélica, base religiosa da tradição. A interdição que a folia se impõe, de não poder cruzar um caminho por onde ela já passou, é uma forma segura de que a folia se mantém fiel ao fato bíblico que lhe dá origem. Como o Rei Herodes tentou enganar os magos, dizendo-lhes que também queria adorar o Menino Jesus, pedindo-lhes que lhe avisassem onde o teriam encontrado, o Evangelho de Mateus, no versículo 12 da narrativa já citada, diz: “Avisados em sonho que não voltassem a Herodes, regressaram por outro caminho para a sua região”.

Na organização da festa, são também os foliões que devem dar as orientações sobre a melhor forma de posicionar o altar para a reza do terço, o arco que será saudado pelos foliões, a mesa em torno da qual vão cantar na hora da passagem da Coroa (Brandão, 1983, p. 32)¹ etc. Na saída da folia de reis das Lages, no dia 25 de dezembro de 2002, por exemplo, houve um pequeno entrevero, que, inclusive, atrasou um pouco o desenrolar da festa. A dona da casa, sem saber dessas codificações, fez o altar para a reza do terço e a retirada da bandeira do lado de fora da casa, em baixo de uma tenda. Os foliões olharam de lado, cochicharam e, delicadamente, pediram para o dono da casa transferir o altar para dentro da sua sala. A explicação dada foi que a folia tem que sair de dentro da casa para percorrer o seu giro.

Para os fiéis/destinatários do ritual

No desenvolvimento do giro, todos são de acordo que o personagem mais importante é o dono da casa. Cada casa onde a folia está cantando transforma-se, naquele momento, em uma Belém provisória. É como se, ao longo do giro, a visita dos Três Reis ao Menino Jesus tivesse que ser atualizada em cada casa. Nas casas onde há um presépio instalado isso fica mais explícito, com o aumento dos versos a serem cantados. Em todos os casos, então, um bom folião aprendeu e jamais se esquecerá que deve fazer todas as vontades do dono da casa – chamado por todos de *patrão*. Ele tem que ser atendido em todas as suas vontades: se ele se ajoelha, seu gesto tem que redundar em novos versos; se ele põe a oferta sobre a bandeira,

o agradecimento tem que ser adequado; se ele pede para cantar um verso para uma pessoa falecida, tem que ser atendido; se pede para que rezem um terço, igualmente.

Um exemplo muito comum em nossa folia é que, na chegada em uma casa, canta-se saudando o morador, dizendo que é uma semelhança da viagem dos Três Reis etc., tudo dentro dos conformes. Aí vem o verso final da chegada, que é a entrega da bandeira para o dono da casa. A entrega da bandeira é um sinal da vinda do sagrado ao espaço mais reservado da fé, que é a casa do morador. Pois bem! Nesse momento, estaria encerrada a primeira parte da cantoria e se faria uma pausa. Mas, acontece que o morador não ficou satisfeito, quer escutar mais, e se ajoelha. Aumenta-se então o trabalho dos foliões. Nesse momento, o embaixador emenda mais dois versos:

Este nobre morador	Vós já pode alevantar
De devoto ajoelhou	Fazendo o Sinal da Cruz
Imitando os Três Reis Santos	Sua prece Deus ouviu
Quando na lapa chegou	Para sempre, Amém, Jesus!

Contudo, essa centralidade ritual tem uma certa mobilidade. Tomando-se a folia como um todo, da saída à festa final, a autoridade maior é o festeiro. No intervalo entre uma casa e outra, ela se desloca para o embaixador e o gerente de giro e assim por diante (Pessoa, 1993, p. 117). No caso aqui assinalado – a folia dentro da casa de um morador –, aí, sim, a autoridade sabida e respeitada é canalizada para o dono da casa. Mas também isso passa por um processo de aprendizagem. Há três situações muito comuns em que os foliões têm que exercer uma certa docência para que o ritual se proceda: um casal recém-casado que não sabe ainda *como receber a folia*; uma chegada em que está só a esposa, que também não tem essa prática; uma família recém-chegada à região daquele giro de folia. Nesses casos, algum folião, preferencialmente o palhaço, ensina: em que momento e como se faz para dar as ofertas (tem que passar sempre por debaixo da bandeira), o que fazer com a bandeira quando esta é entregue por meio dos versos; se pode oferecer um agrado e em que hora etc.

Memória e educação/atualização do ritual

Segundo a tradição sociológica francesa, de Durkheim e Maurice Halbwachs, introduzida no Brasil especialmente por Ecléa Bosi (Pessoa,

1993, p. 13-14), a memória não pode ser estudada como fato em si. Recordar não é apenas lembrar ou reviver, mas refazer, reconstruir com as idéias de hoje as experiências do passado. E a memória não é individual, é sempre coletiva. Não é apenas o fato de o indivíduo espontaneamente trazer para o presente alguma coisa supostamente perdida em algum lugar do passado. É refazer o passado, com os ingredientes dados pelo grupo social em que se vive. Nesta perspectiva, *memória é trabalho*, é todo o esforço de um grupo no sentido de convencionalizar o seu presente, e esse trabalho geralmente acontece a partir da necessidade do grupo de garantir a coesão necessária à sua reprodução.

Isso é muito verificável na folia de reis. É muito comum nos momentos de pausa da cantoria, ou, quando os foliões estão andando pelas estradas, algum folião mais velho contar uma história contendo algum fato importante, às vezes fantástico, da constituição do ritual. Há senhas muito claras para essas situações. Em geral, as histórias começam com: “uma vez nós saímos com uma folia”, “uma ocasião nós chegamos com uma folia na casa de fulano de tal” etc. O conteúdo desses casos é quase sempre reforçando a coesão havida, o respeito cultivado em relação à devoção, o zelo em relação à correta aplicação de instrumentistas, cantores e outras funções etc. O recurso pode ser o inverso também, com a narração de fatos em que nada disso foi observado e a folia se viu embaraçada, impedida de continuar o giro. Nesse caso, são muito comuns as histórias de descumprimento das relações contratuais com o santo – *troca de bens materiais por dons espirituais* (Brandão, 1981, p. 47-48) – e dos conseqüentes danos sofridos pela família, definitivamente ou até que a relação contratual seja recuperada (Pessoa, 1993, p. 69).

A função de todo esse trabalho da memória não é apenas enobrecer um passado feliz da crença, povoado de pessoas importantes para o seu surgimento, menos ainda, punir as pessoas mal-aplicadas em relação às suas regras. Trata-se de um trabalho coletivo, que acontece toda vez que a coesão do grupo se vê ameaçada, que a tradição se vê descaracterizada ou que as obrigações da devoção correm algum risco de descrédito. Trabalha-se sobre o passado, para ensinar aos do presente como devem se comportar no cumprimento das obrigações da crença. Isso é dirigido também aos fiéis que recebem a folia em suas casas, mas, com um teor de responsabilização muito maior, é dirigido aos iniciantes no desenvolvimento do ritual, qualquer que seja a função que estejam exercendo ou que pretendem exercer.

Para quem acompanha uma folia com a percepção afinada, esses momentos de memória são de grande importância para a reconstituição dos fundamentos do ritual, necessários especialmente para formação dos novos quadros e dos novos devotos. Eles são, portanto, espaços de uma sutil, mas, ao mesmo tempo, profunda construção de saberes na reprodução da crença. São expressivas *situações de aprendizagem*.

Considerações finais

Nas décadas de 1960 a 1980, o Brasil passou por uma significativa alteração demográfica: era um país de população predominantemente rural e passou a ser um país de população predominantemente urbana. Estima-se que essa alteração envolveu diretamente mais de 30 milhões de pessoas e, indiretamente, o restante da população, pelas conseqüências de tal alteração, em particular os praticantes ou envolvidos em manifestações populares. A folia de reis foi um dos casos. Com o esvaziamento do campo, alguns grupos permaneceram no mesmo giro, com bem menos moradores a visitar; muitos simplesmente desapareceram; outros, curiosamente, ressurgiram nas cidades-lugares-de-destino nesse processo de emigração.

Se tiverem razão analistas contemporâneos, como é o caso de Octávio Ianni (1997), que dizem que o mundo agrário está subsumido pelo grande capital flutuante pelo mundo afora e que, por conseqüência, a mudança mais importante do final de século XX foi a “morte do campesinato”, podemos dizer que não há nada mais anacrônico que a sobrevivência das manifestações populares de origem marcadamente rural, especialmente a folia de reis. Ela aposta numa lógica econômica – uma economia de trocas – que não existe mais, aposta na existência de uma população e num comunitarismo rurais já sensivelmente reduzidos, e aposta numa autonomia organizativa também difícil de ser reproduzida. Especialmente no caso do ressurgimento de grupos de folias em contextos urbanos, a lógica do trabalho urbano com que são forçados a se confrontarem é acintosamente negadora dessa possibilidade de autonomia. O antigo agregado ou sitiante das fazendas não encontrava o menor problema em se retirar da lida do curral ou da sua roça durante os dias de giro da folia – um filho, parente ou vizinho assumia o curral e a roça podia até agüentar uns dias a mais no mato. Do hoje componente de uma folia urbana não se pode dizer o mesmo.

A que se deve essa teimosia? Muitas hipóteses poderiam ser pesquisadas e discutidas em vista de uma resposta a essa pergunta. Poder-se-ia dizer, por exemplo, que esse processo de transformações ainda está em curso e que, quando estiver devidamente concluído, haverá uma acomodação urbana mais segura para as pessoas, que não terão mais tanta necessidade de cultivar essa saudade do mundo rural perdido. Uma outra hipótese menos fatalista poderia ser o reconhecimento de um recurso relativamente contestador nessas ressurgências, em face de uma situação de *desenraizamento*, na qual se encontram no contexto urbano (Pessoa, 2001).

Para os delimitados interesses da presente reflexão e correndo o risco de ser interpretado como exageradamente otimista ou comprometido com o objeto em questão, prefiro dizer que essa teimosia tem muito a ver com a compreensão de educação inicialmente indicada. Ou seja, grupos organizados de manifestações culturais populares transmitem aos sujeitos que socializam a sua compreensão de mundo, que também é saber, é conhecimento, por meio dos seus próprios rituais. Continuar a fazer folia de reis pode ser uma perseverante forma de denunciar os descaminhos – individualismo, desumanização, destruição do sujeito – da sociedade atual e de expressar, segundo a leitura dos seus praticantes, as bases ou os princípios humanos fundamentais do seu reordenamento.

Pode ser um delírio, mas, pelo menos, não estou delirando sozinho. Tenho, nesse sentido, a boa companhia de Rubem Alves (2002):

Balt-hazar acendeu sua lâmpada de azeite e iluminou, com sua luz bruxuleante, o mapa que abriu sobre o chão. “Aqui está ela”, disse marcando com o seu dedo um lugar no mapa. “Beth-léhem. Fica precisamente na divisa entre dois grandes reinos. À esquerda está o Reino da Fantasia. À direita está o Reino da Realidade. São reinos perigosos. Quem mora só no Reino da Fantasia fica louco. Quem mora só no Reino da Realidade fica louco. Para se fugir da loucura há de se ficar transitando de um para outro, o tempo todo. Somente os moradores de Beth-léhem estão livres da necessidade de estar, o tempo todo, indo de um reino para outro. Porque Beth-léhem fica bem na divisa (...).

Os reis, em meio aos risos e vôos, olharam cada um para o outro e disseram: “Nossa busca chegou ao fim. Encontramos a alegria. Para se ter alegria é preciso voltar a ser criança”. Ato contínuo tomaram suas coroas, capas de veludo, dinheiro, ouro, jóias – coisas de adulto – e as depuseram no chão, ao lado das vacas e dos burros. Eram pesadas demais. E partiram

rindo. “Vou mudar de vida”, disse Gaspar. “É horrível ter de estar estudando ciência o tempo todo. Vou me transformar em poeta”.

“Eu também vou mudar de vida”, disse Balt-hazar. “É horrível estar rezando o tempo todo. Vou ser palhaço. O riso é o início da oração”.

Ao que Mélek-hor acrescentou: “E eu descobri o prazer supremo, que vem sempre acompanhado de alegria: brincar. Vou ser um fabricante de brinquedos. Quem brinca volta a ser criança. E quem volta a ser criança está de volta ao Paraíso”.

E assim partiram, cada um por um caminho. E se você, nas suas andanças, se encontrar com um poeta, um palhaço ou um fabricante de brinquedos, pergunte se ele não tem notícias de uns três reis (...).

Ou seja, continuar a cantar versos falando de uma manjedoura onde teria nascido um menino, que foi visitado primeiro por anjos, pastores, depois por reis, mesmo sem nenhum determinismo, pode significar primeiro a reprodução de uma sociabilidade religiosa que, para isso, necessita ser produtora e reprodutora de diversos saberes; mas, também, que, enquanto se reproduzem como sociabilidade religiosa, expressam e transmitem uma compreensão das contradições e das deformações do que se passa no mundo que a envolve.

Recebido em outubro de 2006 e aprovado em março de 2007.

Nota

1. A passagem da coroa é, na maioria das folias de reis, o ritual mais solene e final de todo o giro, a cada ano. É o momento em que, depois de todos os acordos feitos quanto a quem será o próximo festeiro, a folia canta coroando-o. É uma espécie de confirmação pública, da aceitação, primeiro dos foliões, depois, de toda a comunidade dos fiéis, quanto à família que organizará a festa do ano seguinte.

Referências bibliográficas

ALVES, R. Os três reis. *Tempo & Presença*, n. 321, p. 33-34, jan./fev. 2002. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/r_alves/id151201.htm>. Acesso em: 11 mar. 2007.

BRANDÃO, C.R. *Sacerdotes de viola*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRANDÃO, C.R. A folia de reis de Mossâmedes: etnografia de um

ritual camponês. *Revista Goiana de Artes*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 1-58, jan./jun. 1983.

BRANDÃO, C.R. *O que é educação*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANESIN, M.T.; SILVA, T.C. *A folia de reis de Jaraguá*. Goiânia: CECUP/ UFG, 1983.

CUNHA, R.R. Encontro de Folias de Reis reúne 13 grupos em Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 21 jan. 2002. Caderno Cidades

DAMASCENO, M.N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: DAMASCENO, M.N.; THERIEN, J. *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 53-73.

GEERTZ, C. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 149-165.

GOHN, M.G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, O. O mundo agrário. In: IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 37-58.

MIRANDA, D.S. Entrevista. *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, São Paulo, n. 47, fev. 2003.

MOREYRA, Y. De folias, de reis e de folias de reis. *Revista Goiana de Artes*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 135-172, jul./dez. 1983.

ORTENCIO, B. Primeiro encontro de Folia de Reis de Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 27 jan. 2002. Caderno Magazine.

PESSOA, J.M. *Meu senhor dono da casa: os 50 anos da folia de reis das Lages*. Goiânia: O Popular, 1993.

PESSOA, J.M. Dos rezadores do sertão aos errantes Nova Era: cenários de pesquisa em religião no Brasil Central. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 337-487, maio/jun. 2001.

WEITZEL, A.H. Folia de reis. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*, Belo Horizonte, n. 22, p. 16-27, ago. 2001.